



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de abril de 2023 foram visados expressamente 129 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 739 milhões de euros.

No mesmo período houve duas recusas de visto, num valor próximo de três milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS ABRIL

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	81	39,71	438 889 685,74	59,14
Visto com Recomendações	40	19,61	293 189 238,69	39,51
Declaração de Conformidade Homologada	8	3,92	7 311 160,00	0,99
Recusa de Visto	2	0,98	2 754 058,40	0,37
Outras extinções da instância (*)	73	35,78	0,00	0,00
TOTAL DE DECISÕES	204	100	742 144 142,83	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2023

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	256	37,26	908 010 354,76	52,49
Visto com Recomendações	186	27,07	753 945 652,77	43,59
Declaração de Conformidade Homologada	30	4,37	31 140 613,44	1,80
Recusa de Visto	10	1,46	35 537 414,68	2,05
Outras extinções da instância (*)	205	29,84	1 102 000,00	0,06
TOTAL DE DECISÕES	687	100	1 729 736 035,65	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão